

de 1990", a qual disciplina referidas matérias nos artigos 73, 74 e 75, respectivamente.

Assim sendo, submetemos à apreciação da presente proposta à Mesa Diretora.

ATO DA MESA DIRETORA Nº 035, DE 1993.

Designa membro titular e membros suplentes da Comissão de Lotação.

A Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL para substituir a servidora IDA MARIA DOS SANTOS NATIVIDADE, como representante da Presidência na Comissão de Lotação de servidores.

Art. 2º - Designar os membros suplentes da Comissão de Lotação de servidores:

- I - ANA LÚCIA MACEDO BURGOS, pela Presidência;
- II - AGENOR MEDEIROS DE SOUZA, pela Vice-Presidência;
- III - JEDA REBELO NASSER, pela Primeira Secretaria;
- IV - REGINA TELMA CAMPELO REZERRA, pela Segunda Secretaria;
- V - GIBRAIL NARIH GERRIN, pela Terceira Secretaria.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de de 1993.

Deputado BENÍCIO TAVARES
Presidente

Deputada ROSE MARY MIRANDA
Vice-Presidente

Deputada LÚCIA CARVALHO
1ª Secretária

Deputado PENIEL PACHECO
2º Secretário

Deputado CLAUDIO MONTEIRO
3º Secretário

ATO DA MESA DIRETORA Nº 036, DE 1993

Estabelece normas para o controle da frequência dos servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º - Os servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal estão sujeitos ao registro individual de frequência, através de folha de ponto mensal, conforme modelo anexo.

§ 1º - Estão dispensados do registro estabelecido no "caput" deste artigo os servidores ocupantes de cargos de natureza especial.

§ 2º - As ocorrências de faltas e atrasos dos servidores mencionados no parágrafo anterior deverão ser comunicados mediante correspondência à Divisão de Cadastro e Pagamento de Pessoal, no prazo estabelecido no parágrafo 1º do artigo 3º deste Ato.

Art. 2º - O registro na folha de ponto deverá ser feito exclusivamente pelo servidor, que não poderá, em qualquer hipótese, rasurá-lo.

Art. 3º - O fechamento mensal da frequência ao trabalho é do primeiro ao último dia de cada mês, com as alterações computadas na folha de pagamento do mês seguinte.

§ 1º - As folhas de ponto deverão ser entregues à Divisão de Cadastro e Pagamento de Pessoal até o terceiro dia útil do mês seguinte, conferidas e atestadas pela chefia imediata.

§ 2º - Será suspenso o pagamento da remuneração dos servidores cujas folhas de ponto não forem apresentadas dentro do prazo estabelecido no parágrafo anterior.

§ 3º - A folha de ponto do servidor que tiver sua lotação alterada durante o mês deverá acompanhá-lo à nova lotação, atualizada e atestada pela chefia da antiga lotação até a data da alteração.

Art. 4º - As faltas e atrasos serão considerados justificados para fins funcionais e financeiros quando:

I - tratar-se de hipótese prevista em lei, devidamente comprovada;

II - tratar-se de licença médica homologada pelo Setor de Assistência à Saúde;

III - forem abonadas pelas chefias imediatas.

§ 1º - As saídas antecipadas equivalem-se aos atrasos.

§ 2º - A Divisão de Cadastro e Pagamento de Pessoal apurará, mensalmente, as faltas e atrasos injustificados, bem como as horas extraordinárias e as horas noturnas, anotando-as no resumo da frequência, procedendo os registros funcionais e os lançamentos em folha de pagamento.

§ 3º - As horas extraordinárias e as horas noturnas, devidas apenas aos servidores ocupantes de cargos efetivos, quando legalmente convocados a prestá-las, deverão ter os registros efetuados no campo próprio da folha de ponto.

Art. 5º - As faltas consecutivas, a partir do 10º (décimo) dia, deverão ser comunicadas pela chefia imediata à Diretoria de Recursos Humanos.

Art. 6º - Compete à Diretoria de Recursos Humanos aplicar o disposto neste Ato.

Art. 7º - Este Ato entra em vigor a partir de 1º de maio de 1993.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Reuniões, 24 de junho de 1993.

Deputado BENÍCIO TAVARES
Presidente

Deputada ROSE MARY MIRANDA
Vice-Presidente

Deputada LÚCIA CARVALHO
Primeira Secretária

Deputado PENIEL PACHECO
Segundo Secretário

Deputado CLAUDIO MONTEIRO
Terceiro Secretário

ATO DA MESA DIRETORA Nº 037 de 1993.

Estabelece normas para realização de Exame de Saúde Admissional, dos Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

A Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º - Os Exames de Saúde Admissional dos Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal, serão realizados em conformidade com este Ato.

Art. 2º - Os Exames de Saúde Admissional tem por objetivo:

- I - Verificar a aptidão física e mental do servidor e sua adequação para o exercício da função ou cargo para o qual foi habilitado;
- II - Estabelecer medidas preventivas;
- III - Subsidiar programas de educação em saúde;
- IV - Zelar pela manutenção da saúde do servidor;
- V - Detectar agravos à saúde através de vigilância epidemiológica;
- VI - Corrigir distúrbios latentes;
- VII - Fornecer elementos para desenvolvimento de programas na área de recursos humanos.

Art. 3º - Compete à Diretoria de Recursos Humanos, através do Setor de Assistência à Saúde da Divisão de Seguridade Social da Câmara Legislativa do Distrito Federal, a realização dos Exames de Saúde Admissiais dos Servidores.

Art. 4º - Todo candidato, ao ingressar no quadro de pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal, deverá ser submetido à avaliação de saúde por uma equipe multiprofissional, visando definir sua aptidão física e mental para o exercício da função ou cargo.

§ 1º - A equipe multiprofissional responsável pela avaliação, será composta por assistente social, enfermeiro do trabalho, médico do trabalho e psicólogo.

§ 2º - A avaliação obedecerá a uma planilha de exames, adequada ao grupo etário, sexo e atribuições específicas do cargo.

§ 3º - Na avaliação de candidatos portadores de deficiência, será também considerado o tipo de grau de deficiência e sua adequação ao cargo ou função.

§ 4º - Os casos que requeiram avaliação específica serão encaminhados a profissionais especializados, conforme rotina estabelecida.

Art. 5º - Caberá a cada profissional da equipe, através de instrumentos específicos, emitir seus pareceres, que irão compor o laudo conclusivo, sob a responsabilidade do médico do trabalho.

Art. 6º - O processo de avaliação de saúde do servidor obedecerá as seguintes etapas:

- I - Realização de exames gerais e/ou específicos;
- II - Parecer da equipe multiprofissional após avaliação especializada;
- III - Parecer final do médico do trabalho da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Art. 7º - Caberá ao médico do trabalho da Casa, após análise da avaliação final de saúde pela equipe multiprofissional, emitir laudo conclusivo pelo qual o servidor será considerado:

- I - APTO PARA O EXERCÍCIO DO CARGO OU FUNÇÃO;
- II - INAPTO PARA O EXERCÍCIO DO CARGO OU FUNÇÃO.

Parágrafo único - Verificada a inaptidão temporária do candidato, marcar-se-á nova data para avaliação de saúde, dentro do prazo legalmente permitido para posse.

Art. 8º - O candidato considerado apto para exercer o cargo ou função deverá tomar conhecimento dos riscos ocupacionais, para fins de medidas preventivas de doenças ocupacionais.

Parágrafo único - O candidato portador de deficiência será informado, complementarmente, de agravantes à sua deficiência.

Art. 9º - Se o candidato for considerado incapacitado para o exercício do cargo ou função, a conclusão será INAPTIDÃO PERMANENTE.

Art. 10º - O resultado dos exames de saúde admissionais, serão encaminhados à Diretoria de Recursos Humanos.

Art. 11º - O servidor que não concordar com o resultado poderá interpor recurso, no prazo de 2 (dois) dias a contar do dia imediato à data de divulgação por órgão oficial.

Art. 12º - O recurso, devidamente fundamentado, será requerido à Diretoria de Recursos Humanos, datado, assinado e entregue no protocolo geral da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Art. 13º - O recurso será julgado por junta médica da Câmara Legislativa do Distrito Federal a qual será indicada pela Diretoria de Recursos Humanos e designado por ato publicado no Diário da Câmara Legislativa.

Art. 14º - O candidato portador de deficiência que por julgamento da junta médica, for considerado INAPTO PERMANENTE, terá o prazo de 30 (trinta) dias para comprovar sua aptidão para exercer o cargo ou função para o qual foi habilitado, conforme legislação específica.

§ 1º - A aptidão e a adequação do candidato serão apreciadas

pela Diretoria de Recursos Humanos e Setor de Assistência à Saúde da Câmara Legislativa do Distrito Federal no período previsto no caput deste artigo.

§ 2º - Cessado o prazo estabelecido no caput deste artigo, se o candidato ainda for considerado INAPTO PERMANENTE, não caberá novo recurso.

Art. 15º - Os dados do exame de saúde admissional, serão registrados e arquivados em prontuários individuais, sendo considerado material sigiloso para resguardar a privacidade do servidor e obedecer aos preceitos éticos.

Art. 16º - À vista ao prontuário do servidor se fará somente por ordem judicial, quando da interposição de recurso.

Art. 17º - Será fornecido à Diretoria de Recursos Humanos, quando solicitado, relatório de avaliação de Saúde do servidor, com o objetivo de avaliar e acompanhar o mesmo no desempenho das atribuições inerentes ao cargo.

Art. 18º - A Câmara Legislativa do Distrito Federal oferecerá todas as condições para a realização dos exames de saúde admissionais do candidato, sem ônus para o mesmo.

Art. 19º - Fica a Câmara Legislativa do Distrito Federal responsável por criar condições físico - estruturais para o desempenho das atividades dos servidores portadores de deficiências.

Art. 20º - Os casos não previstos nesta norma serão analisados pela Primeira Secretaria, cabendo à Mesa Diretora a deliberação final.

Sala das Reuniões, 24 de junho de 1993.

Deputado BENÍCIO TAVARES
Presidente

Deputada ROSE MARY MIRANDA
Vice-Presidente

Deputada LUCIA CARVALHO
1ª Secretária

Deputado PENIEL PACHECO
2º Secretário

Deputado CLAUDIO MONTEIRO
3º Secretário

Atos Administrativos

ATO DO PRESIDENTE Nº 1397, DE 1993

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais, considerando os termos do Art. 38 da Lei 8.112/93 e de acordo com a Resolução nº 046/92,

RESOLVE:

DESIGNAR EDÍLIA FERREIRA MIRANDA, Assistente Técnico I, GF-4, matrícula 10.291-56, para substituir GILBERTO JOSÉ DE LIMA SILVA, Coordenador de Cerimonial da Presidência, CL-14, no período de 08/07 a 27/07/93, por motivo de férias regulamentares do titular.

Brasília, 24 de junho de 1993

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES
Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 1398, DE 1993

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal,